

Demonstrações Financeiras

Brígida 2 Solar SPE S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Brígida 2 Solar SPE S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brígida 2 Solar SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Brígida 2 Solar SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 31 de março de 2025, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.502	1.964
Contas a receber	5 e 6	2.122	2.100
Impostos e contribuições a recuperar		-	4
Outros ativos		454	214
Total do ativo circulante		7.078	4.282
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras restritas	4	2.802	2.517
Direito de uso	8	2.535	2.334
Imobilizado	7	99.845	105.352
Intangível		130	158
Total do ativo não circulante		105.312	110.361
Total do ativo		112.390	114.643
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	9	295	277
Empréstimo	10	4.429	4.445
Outros tributos a pagar		70	88
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	170	135
Adiantamento de clientes		-	316
Passivo de arrendamento	8	258	160
CUSD a pagar		294	225
Provisão de ressarcimento		12.254	6.542
Outros passivos		42	52
Contas a pagar restrição de operação	12	2.950	2.264
Total do passivo circulante		20.762	14.504
Passivo não circulante			
Empréstimo	10	80.054	84.284
Passivo de arrendamento	8	2.526	2.357
Outros passivos		44	85
Total do passivo não circulante		82.624	86.726
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	14.1	51.132	41.732
Prejuízos acumulados		(42.128)	(28.319)
Total do patrimônio líquido		9.004	13.413
Total do passivo e patrimônio líquido		112.390	114.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	5.166	10.317
Custos de vendas de energia	16	(9.822)	(9.237)
Lucro bruto		(4.656)	1.080
Despesas administrativas, comerciais e gerais	17	(530)	(165)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(8)	-
Total das receitas/(despesas) operacionais		(538)	(165)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		(5.194)	915
Despesas financeiras		(8.435)	(10.698)
Receitas financeiras		570	292
Resultado financeiro, líquido	18	(7.865)	(10.406)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(13.059)	(9.491)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(750)	(1.517)
Prejuízo do exercício		(13.809)	(11.008)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(13.809)	(11.008)
Total do resultado abrangente do exercício	(13.809)	(11.008)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
		Subscrito	À integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		41.132	(2.500)	(17.311)	21.321
Aumento de capital social	14.1	1.000	(1.000)	-	-
Integralização de capital	14.1	-	3.100	-	3.100
Prejuízo do exercício		-	-	(11.008)	(11.008)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		42.132	(400)	(28.319)	13.413
Aumento de capital social	14.1	11.000	(11.000)	-	-
Integralização de capital	14.1	-	9.400	-	9.400
Prejuízo do exercício		-	-	(13.809)	(13.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		53.132	(2.000)	(42.128)	9.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(13.809)	(11.008)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	5.535	5.535
Depreciação de direito de uso	86	82
Juros sobre passivo de arrendamento	264	251
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.661	7.837
Provisão para ressarcimento	5.712	-
Demais juros	(233)	(128)
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Contas a receber	(22)	247
Impostos e contribuições a recuperar	53	34
Outros ativos	(240)	226
Transações com partes relacionadas ativo	-	(209)
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	18	(299)
Adiantamentos de clientes	(316)	(50)
Obrigações sociais e tributárias	645	1.500
CUSD a pagar	69	(9)
Provisão para ressarcimento a pagar	-	5.182
Outros passivos	534	2.132
Imposto de renda e contribuição social pagos	(628)	(1.444)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(7.082)	(7.594)
Juros pagos de arrendamento	(251)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.004)	2.285
Das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	(33)	(265)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(3.825)	(3.675)
Integralização de capital social	9.400	3.100
Caixa líquido proveniente das / (aplicado nas) atividades de financiamento	5.542	(840)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.538	1.445
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.964	519
No fim do exercício	4.502	1.964
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.538	1.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Brígida 2 Solar SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Surubim, nº 550, 3º andar, CEP: 04571-050, bairro Cidade Monções, cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com endereço situado em São José do Belmonte, Estado do Pernambuco. O empreendimento possui capacidade instalada de 39,27MWpico (31,5MWac). A Companhia opera com a maior parte da sua energia sendo entregue ao 25º LEN (Leilão de Energia Nova), compromisso este de fornecimento de energia para sete distribuidoras. O prazo dos contratos de venda de energia é de 20 anos, e o início da operação comercial se deu em 21 de junho de 2021.

A Companhia é controlada diretamente pela Comerc Energia S.A. Por sua vez, a Comerc Energia, a partir de 16 de janeiro de 2025, passou a ser controlada pela Vibra Energia S.A.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em seu balanço patrimonial, no montante de R\$ 13.684, em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 10.222 em 31 de dezembro de 2024). Este fato decorre, principalmente pelo saldo de empréstimos e financiamentos e provisão para ressarcimento decorrente, em sua maior parte, pela restrição de operação impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A Companhia pode receber aportes feitos por sua controladora Comerc Energia, os quais são feitos conforme são necessitados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Comerc integrou R\$ 9.400 na Companhia (R\$ 3.100 em 2024).

Com base nos fatos dispostos anteriormente, a Administração da Companhia avaliou a capacidade de continuidade das operações e entende que futuros aportes são suficientes para reverter o capital circulante negativo de 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Curtailement

A Lei nº 15.269/2025, instituiu de forma expressa o direito das geradoras de energia elétrica oriundas de fontes solar e eólica ao ressarcimento dos valores decorrentes dos eventos de *curtailment*, relacionados com a indisponibilidade externa e com o atendimento aos requisitos de confiabilidade elétrica da operação, no período compreendido entre 1º de setembro de 2023 até 25 de novembro de 2025 (entrada em vigor do referido dispositivo legal).

Para que faça jus a esse direito, a Companhia deve aderir de forma voluntária ao termo de compromisso, por meio do qual constará: detalhes sobre as condições do ressarcimento; a renúncia e a desistência de ações judiciais e administrativas relacionadas aos eventos de *curtailment* do período acima mencionado da parte interessada, e habilitará a geradora a participar do mecanismo de apuração, cálculo e liquidação do ressarcimento, a ser operacionalizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

O Ministério de Minas e Energia (MME) está regulamentando o tema e a consulta pública sobre o termo de compromisso está em andamento. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e de renunciar às ações judiciais relacionadas ao curtailment e que as decisões ocorrerão após as próximas deliberações por parte do regulador. Dessa forma, nenhum montante relacionado a essa questão foi registrado nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a Companhia possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais --Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2025 e concluíram que a mesma traduz com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 30 de março de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de julgamentos estimativas e premissas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. As principais estimativas utilizadas são: provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (nota explicativa nº 2.5.1 – contas a receber) determinação da vida útil do ativo imobilizado e taxas de depreciação aplicáveis (nota explicativa nº 2.5.2), taxa utilizada para os contratos de arrendamento (nota explicativa nº 2.5.4), provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 2.5.3) e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 19).

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais da Companhia, descritas em detalhes a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas presentes demonstrações financeiras.

2.5.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Contas a receber

Incluem o fornecimento de energia elétrica. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável. Por ter iniciado as operações em 2021, pelo histórico de adimplência e por fianças prestadas pelos seus clientes, a Companhia não possui perda estimada reconhecida nos exercícios apresentados das presentes demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros:

Fornecedores

Refere-se a saldos a pagar relativos à construção dos parques de geração de energia fotovoltaica, bem como às prestações de serviços e compra de materiais para operação e manutenção dos mesmos. É utilizado o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos.

Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

2.5.2 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo com base nas taxas determinadas pela ANEEL, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso. A depreciação começou em 2021 junto com a entrada de operação da usina.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5.2 Imobilizado--Continuação

São utilizadas as seguintes taxas de depreciação do MCPSE-Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

- Máquinas e equipamentos – 4,44%
- Edificações, obras civis e benfeitorias – 3,46%
- Móveis e utensílios – 6,25%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou eventos que indicassem que os ativos não serão recuperados através de geração futura de caixa.

2.5.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5.3 Provisões--Continuação

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão, ou efetuada divulgação adicional.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.5.4. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5.4. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

A Companhia reconhece na data de início do arrendamento os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo estabelecido em contrato. A taxa de juros utilizada pela Companhia para cálculo do valor presente é 10,59% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 33 anos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é ajustado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, mudança no prazo ou alteração de valor das parcelas.

2.5.5. Receitas

As receitas são reconhecidas no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes: PIS e COFINS na demonstração do resultado.

2.5.6. Imposto de renda e contribuição social

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia optou pelo regime de tributação de lucro presumido, consequentemente adotando o regime cumulativo para PIS e COFINS (alíquota combinada de 3,65%).

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5.6. Imposto de renda e contribuição social--continuação

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Conforme ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 / IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 / IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais--Continuação

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes--Continuação

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo em suas demonstrações financeiras

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7);

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7)

Reforma tributária

A partir de 1º de janeiro de 2026, começa a vigorar no Brasil um novo modelo de tributação sobre bens e serviços. Essa mudança faz parte da Reforma Tributária do Consumo, criada pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025.

Este marco legal representa uma grande transformação na forma como os tributos sobre bens e serviços serão apurados, recolhidos e declarados. Com a nova legislação, os tributos PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI serão gradualmente substituídos da seguinte forma:

Atual	Substituto
PIS/COFINS	<-> CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços
ICMS e ISS	<-> IBS – Imposto sobre Bens e Serviços
IPI	<-> IS – Imposto Seletivo

A Companhia está acompanhando todas as etapas de regulamentação e implementação da reforma, bem como tomando as providências necessárias para garantir total conformidade com a nova legislação e assegurar a continuidade dos nossos serviços com transparência, segurança e eficiência.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	742	932
Aplicações financeiras	3.760	1.032
	4.502	1.964

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários (CDB) de instituições financeiras de primeira linha, de baixo risco e são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e não excedem o seu valor de mercado ou de realização, sendo aplicações com liquidez imediata.

4. Aplicações financeiras restritas

A Companhia possui aplicação financeira cujo saldo encontrava-se restrito em 31 de dezembro de 2025. Os recursos financeiros encontram-se restritos temporariamente e sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais, sendo mantidos retidos conforme definições de seu contrato de financiamento. Eventualmente, os valores podem ser remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), respeitando as definições contratuais. Os saldos restritos de longo prazo que totalizam o valor de R\$ 2.802 (R\$ 2.517 no ativo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Por não se encontrarem disponíveis para uso imediato, tais valores são registrados em rubricas específicas do balanço e não compõem o saldo de caixa e equivalentes de caixa conciliados na demonstração de fluxo de caixa.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	1.853	1.872
Venda de energia - partes relacionadas	269	228
	2.122	2.100

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	2.122	1.964
Vencidos até 30 dias	-	134
Vencidos há mais de 91 dias	-	2
	2.122	2.100

Não há perda esperada visto que não há histórico de inadimplemento. O prazo de recebimento é de aproximadamente 15 dias úteis contados a partir do primeiro dia do mês subsequente, dependendo do contrato com cada cliente

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

Composição patrimonial dos saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber			
Geradora Solar Várzea II S.A		-	134
Geradora Solar Hélio Valgas III S.A.		-	94
Bon Nome Solar SPE S.A.		269	-
Total ativo partes relacionadas		269	228

Impacto no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Resultado	31/12/2024	31/12/2024
		Receita operacional	
Comerc Energia S.A			197
Comerc Power Trading Ltda		432	961
Geradora Solar Várzea II S.A		-	134
Geradora Solar Hélio Valgas III S.A.		-	94
Geradora Solar Hélio Valgas V S.A.		396	-
Bon Nome Solar S.A.		1.058	-
Geradora Solar São Joao Paracatu II S.A.		304	-
Total resultado partes relacionadas		2.190	1.386

As transações com partes relacionadas são referentes à venda de energia feita pela Companhia para as demais sociedades do Grupo Comerc. Estão refletidas nas contas a receber e nas receitas operacionais.

Remuneração da administração

A

Os atuais administradores da Companhia são remunerados pela controladora Comerc Energia S.A. e por esse motivo não incorreu em gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir demonstra os montantes pagos por sua controladora aos administradores do Grupo, que conforme mencionado anteriormente, engloba a remuneração dos administradores da Companhia.

	Grupo Comerc	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa anual (incluindo bônus curto prazo)	27.165	36.756
Programas de incentivo de longo prazo (ILP)	22.704	23.406
	49.870	60.162

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxa anual %	Custo	Depreciação	31/12/2025	31/12/2024
				Líquido	Líquido
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	4,44%	122.278	(24.404)	97.874	103.297
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,46%	2.253	(347)	1.906	1.984
Móveis e utensílios	6,25%	91	(26)	65	71
		124.622	(24.777)	99.845	105.352

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Descrição	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Imobilizado em serviço			
Máquinas e equipamentos	122.278	-	122.278
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.253	-	2.253
Móveis e utensílios	91	-	91
(-) Depreciação	(19.270)	(5.507)	(24.777)
	105.352	(5.507)	99.845

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferência	31/12/2024
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	121.719	-	559	122.278
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.892	-	(639)	2.253
Móveis e utensílios	11	-	80	91
(-) Depreciação	(13.763)	(5.507)	-	(19.270)
	110.859	(5.507)	-	105.352

A Companhia oferece como forma de garantia dos empréstimos e financiamentos a alienação fiduciária de certas máquinas e equipamentos.

A Companhia procedeu teste de recuperabilidade de seus ativos tangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e concluiu pela recuperabilidade dos referidos ativos através de seu valor em uso. A Companhia baseou sua avaliação nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período da outorga/ autorização.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

8. Direito de uso e passivo de arrendamento

Os valores relativos a direito de uso advêm principalmente dos contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia solar fotovoltaica. Trata-se de 4 contratos celebrados por um período de 33 anos com vigência entre 2020 e 2053.

	Taxa média	Prazo	Direito de uso		Arrendamento a pagar	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aluguel de terrenos	10,59%	jul/53	2.535	2.334	2.784	2.517
			2.535	2.334	2.784	2.517
Circulante					258	160
Não circulante					2.526	2.357
					2.784	2.517

	Direito de uso		Arrendamento a pagar	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	2.334	2.449	2.517	2.564
Depreciação	(86)	(82)	-	-
Juros	-	-	264	251
Pagamento de principal	-	-	(33)	(265)
Pagamento de juros	-	-	(251)	-
Remensuração	287	(33)	287	(33)
Saldo final	2.535	2.334	2.784	2.517

	Principal	Ajuste a valor presente	Total
até 1 ano	438	(180)	258
até 2 anos	284	(267)	17
até 3 anos	284	(265)	19
até 4 anos	284	(263)	21
até 5 anos	284	(260)	24
Mais de 5 anos	6.672	(4.227)	2.445
Total	8.246	(5.462)	2.784

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de energia	271	68
Demais fornecedores	24	209
	295	277

Refere-se principalmente a saldos a pagar de energia, bem como às prestações de serviços e compra de materiais para operação e manutenção (O&M), com previsão de liquidação em 2026.

10. Provisão de ressarcimento

Referem-se aos saldos compostos pela provisão de ressarcimento às distribuidoras por conta da metodologia dos contratos negociados no ambiente de contratação regulado - ACR. De acordo com o contrato de venda firmado, caso a geração fique abaixo do contratado, a Companhia precisa devolver o montante gerado a menor de acordo com a metodologia descrita no referido contrato. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo constituído de provisão era de R\$ 12.254 (R\$ 6.542 em 31 de dezembro de 2024).

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

Empréstimo contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 29 de setembro de 2020, no montante de R\$ 96.098, atualizado por IPCA + 3,2729% a.a, com carência de 18 meses e amortização mensal, sendo 1ª parcela em fevereiro de 2022 e com última parcela em outubro de 2040, representando um financiamento de 20 anos, para construção de uma Usina Fotovoltaica, através dos recursos oriundos do FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

Saldos em 31 de dezembro de 2025

Descrição	Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não circulante				Total circulante + não circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	31/12/2025
			Empréstimo								
Banco do Nordeste do Brasil S. A	outubro-40	IPCA + 3,27% a.a.	459	3.983	(13)	4.429	6.063	74.106	(115)	80.054	84.483
Total			459	3.983	(13)	4.429	6.063	74.106	(115)	80.054	84.483

Saldos em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não circulante				Total circulante + não circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	31/12/2024
			Empréstimo								
Banco do Nordeste do Brasil S. A	outubro-40	IPCA + 3,27% a.a.	633	3.826	(14)	4.445	6.324	78.088	(128)	84.284	88.729
Total			633	3.826	(14)	4.445	6.324	78.088	(128)	84.284	88.729

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total
2027	418	4.145	(13)	4.550
2028	349	4.311	(13)	4.647
2029	363	4.483	(13)	4.833
2030	378	4.660	(12)	5.026
2031 em diante	4.555	56.507	(64)	60.998
	6.063	74.106	(115)	80.054

Movimentação nos exercícios apresentados:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2024	Pagamentos principal	Juros	Pagamentos juros	Amortização de custos de transação	31/12/2025
Banco do Nordeste do Brasil S.A	88.729	(3.825)	6.647	(7.082)	14	-
	88.729	(3.825)	6.647	(7.082)	14	84.483

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023	Pagamentos principal	Juros	Pagamentos juros	Amortização de custos de transação	31/12/2024
Banco do Nordeste do Brasil S.A	92.161	(3.675)	7.823	(7.594)	14	-
	92.161	(3.675)	7.823	(7.594)	14	88.729

As garantias atreladas aos empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

- Contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes;
- Contrato de cessão fiduciária de Direitos da Concessão/Autorização;
- Contrato de penhor das ações;

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos;
- Constituição da Conta Reserva de O&M; e
- Fiança bancária.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das aplicações restritas por conta do endividamento é de R\$ 2.802 considerando as remunerações mensais (R\$ 2.517 em 31 de dezembro de 2024).

12. Contas a pagar restrição de operação

As usinas fotovoltaicas Brígidias possuem relacionamento com o ONS (Operador Nacional do Sistema), de modo que o operador tem a permissão de restringir a quantidade de injeção de potência elétrica na rede nacional, buscando a continuidade do fornecimento de todo o sistema. Assim, as Brígidias sofreram algumas restrições ao longo dos últimos anos, sem a possibilidade de intervenção, apenas atendendo aos comandos imperativos enviados pelo ONS. Essas restrições reduzem a quantidade de energia total fornecida e são denominadas *curtailment*.

Há metodologias que preveem o ressarcimento de alguns eventos de *curtailment*, dependendo de sua classificação, e do ambiente de contratação, sendo, no momento, apenas o Regulado com ressarcimento. Como as Brígidias possuem a maior parte de sua contratação no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), alguns ressarcimentos já foram considerados, porém, com uma normativa transitória, que será revisada após a publicação da normativa definitiva. Dadas as normativas vigentes, em 31 de dezembro de 2025 totaliza o montante de R\$ 2.949 (R\$ 2.264 em 31 de dezembro de 2024) de valores ressarcidos pelos eventos de *curtailment*. Sendo o valor atualizado mensalmente pela variação do IGP-M.

13. Provisão para demandas judiciais e administrativas

13.1. Prováveis

Não existem contingências prováveis a serem divulgadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

13.2. Possíveis

Descrição	31/12/2025
Cível (a)	269
	269

(a) Auto de Infração n. 0670/2024-SFT aplicado em decorrência da perturbação de 15 de agosto de 2023.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da companhia é de R\$ 53.132 (R\$ 42.132 em 31 de dezembro de 2024) dividido em 52.132.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (dividido em 42.132.000 ações ordinárias), totalmente subscritas e parcialmente integralizadas. O saldo a integralizar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.000 (R\$ 400 em 31 de dezembro de 2024).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve a seguinte alteração contratual por sua controladora, a saber:

- a) Em 01 de abril de 2025, houve a subscrição por sua controladora de R\$ 5.000 (5.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).
- b) Em 02 de julho de 2025, houve a subscrição por sua controladora de R\$ 6.000 (6.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

A controladora da Companhia efetuou 4 integralizações em recursos financeiros que totalizaram o montante de R\$ 9.400, ficando pendente de integralização o montante de R\$ 2.000.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve as seguintes alterações contratuais por sua controladora, a saber:

- a) Houve a subscrição por sua controladora de R\$ 1.000 (1.000.000 ações ordinárias) e integralização em recursos financeiros de R\$ 2.100.

A composição do capital social subscrito da Companhia é assim demonstrada:

Acionista	31/12/2025		31/12/2024	
	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Comerc Energia S.A.	53.132.000	100,00%	42.132.000	100,00%
	53.132.000	100,00%	42.132.000	100,00%

14.2. Destinação do resultado

O lucro líquido, depois de deduzidos de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua destinação na distribuição de dividendos, constituição de reservas ou em outros fins.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido--Continuação

14.2. Destinação do resultado--Continuação

A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

Por ter apresentado prejuízo em ambos os exercícios, o montante está compondo o saldo da rubrica de prejuízos acumulados no patrimônio líquido da Companhia.

15. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de venda de energia	3.664	9.569
Receita de venda de energia - partes relacionadas	2.190	1.386
(-) Dedução da venda de energia - impostos incidentes	(688)	(638)
Total receita operacional líquida	5.166	10.317

A redução na receita operacional líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 deve-se, principalmente, a maior provisão de ressarcimento, efeito das restrições impostas pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico.

16. Custos de venda de energia

	31/12/2025	31/12/2024
Compra de energia	(1.540)	(472)
Custo serviços prestados	(802)	(1.271)
CUSD - utilização do sistema de distribuição	(1.577)	(1.372)
Custos com seguros	(254)	(283)
Custo depreciação e amortização	(5.621)	(5.617)
Custo arrendamentos e aluguéis	(4)	-
Outros custos	(24)	(222)
	(9.822)	(9.237)

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(528)	(147)
Outras despesas administrativas	(2)	(18)
	(530)	(165)

18. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	559	291
Outras receitas financeiras	11	1
Subtotal receitas financeiras	570	292
Despesas financeiras		
Fianças e garantias	(1.311)	(669)
Juros sobre passivo de arrendamento	(264)	(251)
Juros sobre empréstimo (a)	(6.647)	(7.823)
Amortização de custos de transação	(14)	(14)
Atualizações monetárias diversas	(139)	(183)
Outras despesas financeiras	(60)	(1.758)
Subtotal despesas financeiras	(8.435)	(10.698)
Resultado financeiro, líquido	(7.865)	(10.406)

A redução do saldo deve-se, basicamente, à variação do IPCA acumulado nos exercícios apresentados (4,26% em 2025 x 4,83% em 2024).

19. Imposto de renda e contribuição social

O IRPJ e a CSLL da companhia são calculados e registrados com base nas regras de tributação do lucro presumido.

O recolhimento dos tributos é trimestral. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo pendente de recolhimento é de R\$ 99 para IRPJ e de R\$ 71 para CSLL, totalizando um passivo de R\$ 170. O pagamento ocorreu em janeiro de 2026.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--continuação

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	5.854	5.854	10.955	10.955
(+) Ajustes (a)	12.985	12.985	6.543	6.543
% presunção - receita operacional	8%	12%	8%	12%
	1.507	2.261	1.400	2.100
Outras receitas	-	-	2.375	2.375
Receita financeira	570	570	291	291
Base de cálculo tributação	2.077	2.831	4.066	4.766
Alíquotas - IRPJ e CSLL	15%	9%	15%	9%
Adicional - IRPJ - 10%	10%		10%	
Ajustes	-	-	63	33
Total - Demonstração do resultado	495	255	1.055	462

- (a) Principalmente pelo efeito do ressarcimento conforme detalhado na nota explicativa nº.10. Para fins fiscais, a Companhia considera o ajuste de ressarcimento à medida de sua realização financeira.

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos— Continuação

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos. O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desse passivo e taxa de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Os principais instrumentos financeiros são classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Hierarquia	31/12/2025	31/12/2024
Custos amortizados (ativos financeiros)			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	4.502	1.964
Aplicações financeiras restritas	Nível 1	2.802	2.517
Contas a receber	Nível 2	2.122	2.100
Custos amortizados (passivos financeiros)			
Fornecedores	Nível 2	295	277
Empréstimos	Nível 2	84.483	88.729
Passivo de arrendamento	Nível 2	2.784	2.517

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1 - Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2 - Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3 - Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos— Continuação

Empréstimos e financiamentos (líquido dos custos a amortizar):

Dívida com BNB: Como esse contrato é de longo prazo, portanto, não está contemplado no escopo do CPC 12 – Ajuste a valor presente, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esse empréstimo já está sujeito, visto que para esse tipo de dívida de longo prazo no Brasil não tem um mercado, ficando portanto a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental, fato que levou a Companhia a utilizar o mesmo conceito na definição do valor justo para esse empréstimo.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Considerações sobre riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

i) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos-- Continuação

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de dezembro de 2025.

	Indexadores	Base em 31 de dezembro de 2025	Cenário Provável	Cenário I +25%	Cenário II (25%)
	CDI		14,90%	19,18%	10,77%
	IPCA		4,46%	5,62%	3,31%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	4.502	671	863	485
Aplicações financeiras restritas	CDI	2.802	417	537	302
Empréstimos	IPCA	(84.611)	(6.666)	(7.684)	(5.660)
Efeito líquido estimado no resultado		(77.307)	(5.578)	(6.284)	(4.873)

Critérios

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil, IBGE e B3.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de dezembro de 2025, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima.

ii) Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha.

Com relação às contas a receber de clientes, os contratos negociados no ambiente de contratação regulado possuem garantias financeiras executáveis em caso de não pagamento por parte da contraparte.

Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos-- Continuação

20.1 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros –Continuação

iii) Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam (i) do fluxo de caixa gerado por suas operações, (ii) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (iii) de eventuais empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O fluxo não descontado a valor presente do principal e juros das debêntures, dos empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

Posição em 31/12/2025	Fornecedores	Empréstimos (a)	Passivo com arrendamento	Total
até 3 meses	277	2.181	-	2.458
3 a seis meses	-	2.276	258	2.534
6 meses a 1 ano	-	4.825	-	4.825
1 a 3 anos	-	20.375	36	20.411
3 a 5 anos	-	20.620	45	20.665
mais 5 anos	-	85.289	2.445	87.734
Total	277	135.566	2.784	138.627

(a) Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 11.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

21. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão assim compostos:

Tipo	Vigência		
	Limite da indenização	Início	Fim
Risco operacional			
Responsabilidade civil	200.000	20/06/2025	20/12/2026
	20.000	20/06/2025	20/12/2026
Total	220.000		

Os seguros são compartilhados com outras empresas do Grupo Comerc.

22. Divulgações adicionais das demonstrações de fluxo de caixa

22.1 Transações não caixa

Transação	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Remensuração de arrendamento	8	(287)	(33)